

Pastore diz que só um superávit de 5% do PIB pode evitar default

Para o economista, com o câmbio atual, dívida pública estaria em torno de 70% do PIB

RODNEY VERGILI

O professor da Fundação Getúlio Vargas, Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central (BC) entre 1983 e 1985, afirma que o próximo governo deverá ter vontade política para produzir, nas três esferas de governo e empresas estatais, um superávit primário de 5%, de modo a evitar uma moratória (default) na dívida pública. O superávit primário é o saldo acumulado pelo governo entre o que gasta e arrecada, menos os gastos com o pagamento de juros. Pastore fez a afirmação durante palestra na Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Pastore estima que o superávit deveria ser de 5% para um cenário de crescimento do Produto Interno Bruto de 2,5% (média da economia brasileira dos últimos 20 anos) e juro real (descontada a inflação) de 10%. Para ele, com o câmbio atual a dívida pública já está em patamar recorde de 70% do PIB. O economista diz que,

**'ALTA DO
JURO DE 18%
PARA 21% FOI
TÉCNICA'**

mantido o superávit fiscal atual, a economia tende a produzir inflação da ordem de 30% a 50% no próximo ano. Segundo o especialista, somente o aumento no superávit fiscal pode produzir uma queda no risco Brasil e acalmar o mercado de câmbio.

Juros – O economista acredita que o Comitê de Política Monetária (Copom) manterá a taxa de juro básica em 21% ao ano na reunião da próxima semana. Ele diz que o Copom em reunião extraordinária da segunda-feira passada elevou o juro de 18% para 21% ao ano porque quis conter a alta dos preços. A inflação vem crescendo de forma “extremamente preocupante” e tende a chegar no acumulado de 2002 em 10%, disse.

Pastore afirmou que a elevação do juro não objetivou reduzir a cotação do dólar, mas sim o repasse da variação do câmbio sobre os preços. A elevação de 18% para 21% ao ano foi “a tecnicamente requerida” e, por isso, não haveria necessidade de nova alta nos juros na próxima semana, observou. Segundo ele, a elevação no juro foi uma das tentativas derradeiras de evitar o fim do sistema de metas inflacionárias.

Pastore disse, porém, que a elevação do juro deve desestimular o comércio a reter estoques e provocar retração no crédito ao consumidor neste final de ano. Os juros de longo prazo, disse, também estão elevados (27% ao ano para o prazo de 360 dias na Bolsa de Mercadorias & Futuros) e devem produzir alguma redução na produção industrial. O contraponto para essa retração ao consumo é o aumento nas vendas ao exterior com a desvalorização.

O economista disse que a elevação da taxa de inflação “é preocupante e não é temporária”. Para ele, o BC deve pelo segundo ano consecutivo “estourar” a meta inflacionária. A meta mais recente de 6,5% mais 2,5% de variação deve ser superada este ano por uma inflação de 10%. Para Pastore, a inflação está acelerada mesmo com a contenção de tarifas públicas, como a de energia elétrica. (AE)